



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
Processo Licitatório n.º 002/2026

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 74.910,73
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	Dia 29/01/2026 às 09h00min (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor preço
MODO DE DISPUTA:	Aberto/Fechado
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS	Não
TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP/EQUIPARADAS	Sim
Endereço Eletrônico do Certame	www.licitanet.com.br

1. PREÂMBULO

1.1. Torna -se público que o Município de Colômbia, Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Jose da Mata, nº 668, na Cidade de Colômbia, Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Processo com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Decreto Municipal nº 2.236, de fevereiro de 2024**, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações.

1.3. Link para acesso ao Decreto Municipal nº 2.236/2024: [Diário Oficial do Município - Colômbia - Edição 868 \(colombia.sp.gov.br\)](#)

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação aquisição de materiais odontológicos de consumo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Termo de Referência.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal LICITANET e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

2.3. A licitação será dividida por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência.**3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

3.2. O valor estimado para este processo licitatório é de R\$ 74.910,73 (setenta quatro mil novecentos dez reais e setenta três centavos).

3.3. Considera-se não vantajosa para a Administração quando a contratação resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

4.2. O pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma utilizada para disputa. [www.licitanet.com.br](#)

4.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

4.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes



e a Administração.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.5. Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- c) sociedades cooperativas;
- d) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- e) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- f) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O impedimento de que trata o item 5.5, alínea "g" será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5, alínea "e" e 5.5, alínea "f" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens 5.5, alínea "e" e 5.5, alínea "f" não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da



contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A vedação de que trata o item 5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário do item, expresso em Reais (R\$)
- b) Marca/Modelo

6.2. Como forma de preservar a identificação dos licitantes no sistema, caso a Marca/Fabricante seja o próprio nome da Licitante, deverá ser identificado como “marca própria” ou “prestação de serviço”.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O(a) pregoeiro(a) poderá como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.



7.11. o modo de disputa será o “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

- a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, fendo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- b) Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- c) No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- d) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- e) Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem; caso haja empate real entre licitantes deverá ser observada, nesta ordem as seguintes regras de desempate:

- a) A preferência da ME/EPP é empate ficto que não se confunde com o empate real devendo ser aplicado antes do empate regido por este item.
- b) Disputa final como derradeira tentativa de desempate pelo critério menor preço;
- c) Designação de nova sessão para a apresentação do envelope de desempate, que terá julgamento na forma das alíneas seguintes;
- d) Os licitantes empatados na proposta de preço deverão demonstrar a contratação e efetiva execução junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 5 (cinco) anos atualizando o valor pelo INCC (no caso de obras) ou IPCA (nos demais casos) desde o dia do início da execução de cada contrato até o dia anterior à entrega do envelope de desempate, sendo que o valor pecuniário superior será o critério de desempate;
- e) Mantido o empate, será convocada nova sessão, para apresentação de contratação junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 10 (dez) anos, observadas as mesmas regras de quantificação pecuniária do item anterior;
- f) Caso persista o empate serão aplicados os critérios dos incisos III e IV e §1º, incisos I a IV do artigo 60;
- g) Caso nenhum critério anterior seja suficiente para o desempate será realizado sorteio a critério do agente de contratação de licitação responsável pela licitação utilizando-se apenas do fator sorte.”

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- d) O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- e) É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. A proposta atualizada deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) informar o representante legal para fins de assinatura do contrato e dados bancários para pagamento).
- c) Email ou outro contato com a licitante, que será utilizado para encaminhamento das atas e/ou contratos para assinatura.

7.23. O licitante poderá gerar a proposta final que é disponibilizada no sistema (LICITANET), ou usar modelo próprio, ambas devendo ser assinadas pelo representante legal.

- a) Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar os valores unitários e globais, que deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência, sob pena de desclassificação.
- b) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;
- c) no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.24. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.25. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **A proposta adequada deverá conter, no mínimo:**

- a) Valor unitário do item
- b) Marca:
- c) Dados da empresa

7.26. Juntamente com a proposta de preços atualizada deverá ser encaminhado **folder, catálogos, manual de instrução, ficha técnica ou documento equivalente para todos os itens vencidos**.

7.27. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>)
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- c) Relação de apenados no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>)
- d) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:14282513921855>)



8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- a) A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

- a) Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a **50%** (**cinquenta por cento**) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8.11. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.14. Na hipótese de o licitante ter a sua proposta recusada, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

8.15. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- a) No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- b) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

9.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

9.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.15. Da Fase De Habilitação

9.15.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.15.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- a) Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.15.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, (documento digitalizado) por cópia autenticada por Tabelião ou com código de validação via internet.

9.15.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.15.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.15.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.15.7 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15.8 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em campo próprio, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).

9.15.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na **PLATAFORMA LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.15.10 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- a) Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.



9.15.11 Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.16. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.17. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
- c) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- d) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual,** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual,** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal,** do domicílio ou sede do fornecedor;
- g) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidão negativa judicial ou Certidão Negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou ainda, certidão de concessão ou de homologação de recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente.
- b) **Balanço patrimonial,** demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- c) **Índices** de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral superiores a 1 (um), calculados conforme fórmulas definidas no edital;
- d) **Declaração,** assinada pelo representante legal, de inexistência de fatos supervenientes que possam comprometer a qualificação econômico-financeira.

9.19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Atestado(s) de fornecimento(s) emitido(s) por entidade(s) de direito público ou privado comprovando a aptidão da licitante para o fornecimento do(s) produto(s) idêntico(s) ou similar(es) aos objetos licitados, devidamente assinado e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do fornecimento.
- b) **Alvará de Licença Sanitária,** expedido pelo órgão competente do Município ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o licitante, devidamente válido na forma da legislação específica vigente;
- c) **Registro da licitante junto a ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária quando o item licitado assim o exigir; na hipótese de inexistência de exigência legal de registro, deverá ser apresentada, obrigatoriamente, declaração ou documento que comprove a isenção junto ao referido órgão;

**9.20. DECLARAÇÕES**

9.20.1. Os licitantes deverão marcar em campo próprio do sistema as seguintes declarações (ANEXO IV):

9.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.22. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.23. O(a) pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

9.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto anteriormente.

9.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.26. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei, e na sua ausência, quando emitidas no máximo até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

9.27. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

9.28. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.29. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.30. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.31. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

9.32. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

- a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.
- b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido; (exceto para empresas devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06)
- c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.33. Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



10.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

a) Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos para manifestação da intenção.

10.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

11. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

11.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Municipal nº 2.236/2021 por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei 14.133/21).

11.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

11.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

11.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata o item 11.1 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

13.2. O resultado do Pregão Eletrônico será divulgado no Diário Oficial do Município de Colômbia, <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/colombia>

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.



14.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.4. O Aceite do termo de contrato, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- a) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- b) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

14.5. Os prazos dos itens 14.2 poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.6. O prazo de contratação será de **12 (doze) meses** contados a partir da emissão da ordem de serviços pela Secretaria Requerente, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme o que dispõe os Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

14.7. A vigência do contrato fica condicionada à efetiva entrega do objeto, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual. O prazo poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado pela contratada e aceito pela Administração, atendendo, ainda, ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado nos autos que a necessidade da Administração permanece e que a prorrogação se mostra vantajosa;
- b) Apresentação de justificativa para prorrogação emitida pela empresa;
- c) Aceite do gestor e fiscal do contrato atestando a regularidade da execução contratual;

14.8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.9. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

- a) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais,



contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

- b) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.
- c) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniente de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- d) Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

15.10. As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser submetidas ao gestor do contrato, designado no ato de sua assinatura, para análise e possível aceitação.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A **Dotação Orçamentária** para a execução do objeto da licitação será:

- a) As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento programa para 2.025, identificada através do código:

FICHA 313 – 02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE – 3.3.90.30.00 0.01.00;

16.2 O pagamento será realizado no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- g) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- h) A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- i) O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.
- j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

16.7. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

16.8. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

16.9. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

16.10. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

**17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- d) Multa: A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:
contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

III - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

IV - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindí-la.

V - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas. (Conforme o Decreto Municipal n. 2.236/2024).

17.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

17.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

- a) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

17.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):



- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

17.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161). 18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

18.1. A empresa vencedora deverá cumprir, rigorosamente, os prazos fixados neste termo e os demais prazos ajustados de comum acordo entre as partes, para desenvolvimento dos trabalhos.

18.2. O objeto deverá ser executado conforme especificações constantes no Termo de Referência - (Anexo I), que faz parte integrante do presente Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

19.2. O procedimento será divulgado no Portal LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, www.colombia.sp.gov.br/licitacoes.

19.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

19.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

19.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

19.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

19.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

19.10. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.

19.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido,



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



desde que não haja comunicação em contrário.

19.12. Fica eleito o foro da Comarca de Barretos, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

19.13. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site <https://licitanet.com.br/processos>; <https://www.colombia.sp.gov.br/licitacao> ou por email licitacao@colombia.sp.gov.br

19.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA FINANCEIRA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV – DECLARAÇÕES UNIFICADAS

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ME / EPP

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Colômbia/SP, 14 de janeiro de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos de consumo para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Colômbia/SP, por um prazo de 12 meses.

Regime de Fornecimento: parcelado, sob demanda, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF), conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência: A vigência contratual será estabelecida no instrumento contratual, contada a partir da assinatura.

Fiscal do Contrato: Simone Guagliano da Silva (Telefone: (17) 3335-8787 / (17) 98114-6434; E-mail: siguagli@hotmail.com).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição dos materiais odontológicos destina-se à reposição de estoque e ao suprimento de novas demandas, visando à continuidade dos atendimentos aos usuários do SUS na área de Odontologia da rede municipal de saúde.

O processo de aquisição faz-se urgente, pois novas demandas surgiram e, sem os materiais odontológicos em questão, o atendimento regular dos usuários do SUS fica impossibilitado. A contratação visa assegurar o perfeito funcionamento dos serviços prestados pela equipe de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos atendimentos odontológicos, conforme previsto no planejamento anual da Secretaria Municipal de Saúde e em observância ao princípio da continuidade dos serviços públicos essenciais, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução consiste na contratação de empresa para o fornecimento de todos os itens de consumo listados, em lote único, com entregas parceladas conforme a demanda e a capacidade de armazenamento da Contratante.

A especificação dos materiais deve atender aos seguintes requisitos e ao Ciclo de Vida do Objeto:

- **Qualidade:** Todos os materiais deverão ser entregues sem violação de embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer o uso ou a qualidade dos mesmos.
- **Identificação e Legalidade:** Em todos os materiais deverão constar dados de identificação e procedência, fabricação, validade e número de lote com **número de registro na ANVISA**.
- **Conformidade:** O fornecimento deve estar de acordo com as normas sanitárias em vigor no país.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Especificação e Quantidade dos Materiais**

Os materiais a serem adquiridos estão detalhados nas tabelas abaixo:

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO
1	15	PCT	CONDICIONADOR DENTAL TIPO ACIDO FOSFORICO 37% --FISICO GEL
2	10	UND	ADESIVO DENTAL FOTOPOLIMERIZAVEL COMPONENTES ADESIVO PRIMER +ACIDO
3	200	FRS	ALCOOL ETILICO TIPO HIDRATADO TEOR ALCALINO 70%APRESENTAÇÃO LIQUIDA -- 1000ML
4	10	CX	AGULHA ODONTOLOGIA MATERIAL AÇO INOXIDADO SILICONIZADO APPLICACAO GENGIVAL ANESTESICO -LONGADIMENSAO 30G
5	10	CX	AGULHA ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO SILICONIZADO APPLICACAO GENGIVAL ANESTESICO - CURTA DIMENSAO 30G
6	10	CX	AGULHA ODONTOOGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO SILICONIZADO APPLICACAO GENGIVAL ANESTESICO - EXTRA CURTA DIMENSAO 30G
7	20	PCT	ALGINATO USO ODONTOLOGICO TIPO I APRESENTAÇÃO PÓ -PRESA NORMAL
8	200	PCT	ALGODAO TIPO HIDROFILO APRESENTAÇÃO EM ROLETE - USO ODONTOLOGICA
9	8	CX	BENZOCAINA CONCENTRAÇÃO 20% USO TOPICO GEL POTE 12G
10	12	CX	CLORIDRATO MEPVACAINA APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM EPINEFRINA DOSAGEM 2% --TUBETE
11	20	CX	CLORIDRATO MEPVACAINA APRESENTAÇÃO ASSOCIADA SEM EPINEFRINA DOSAGEM 3% --TUBETE 1,8 ML
12	20	CX	LIDOCAINA CLORIDRATO COMPOSIÇÃO ASSOCIADACOM EPINEFRINA DOSAGEM 2%-APRESENTAÇÃO INJETAVEL -TUBETE 1,8 ML
13	2	CX	CUNHA ODONTOLOGICA MATERILA MADEIRA TIPO ANATOMICA APLICAÇÃO RESTAURAÇÃO INTERPROXIMAL
14	10	UND	BROCA CIRURGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO DIAMANTADA NUMERACAO 702 HASTE LONGA
15	15	UND	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL AÇO INOXIDADO DIAMANTADA NUMERACAO 1014 HASTE LONGA
16	15	UND	BROCA ALTA ROTACAO MATERIAL AÇO INOXIDADO DIAMNTADA NUMERAÇÃO 1013 HASTE LONGA
17	15	UND	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL AÇO INOXIDADO DIAMANTADA NUMERACAO 1012 HASTE LONGA
18	10	UND	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL AÇO INOXIDADO DIAMANTADA NUMERAÇÃO 3018 HASTE LONGA
19	20	UND	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL OXIDADO NEMERAÇÃO 3018
20	20	UND	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL AÇO INOXIDADO NUMERAÇÃO 1011
21	3	UND	BROCA DIAMANTADA DUPLA FACE
22	10	UND	BROCA ZECRYA 28 MM AÇO INOXIDAVEL
23	20	UND	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL AÇO INOXIDADO NUMERAÇÃO 1031
24	3	UND	MANDRIL ODONTOLOGICO MATERIAL AÇO INOXIDADO COMPATIVEL PARA PEÇA DE MAO
25	20	UND	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBAIDE NUMERAÇÃO 701 XL
26	4	UND	DISCO DIAMANTADA POLIMENTO PEÇA MAO
27	4	UND	LUPA PARA CABEÇA 3,5 X BIO ART
28	4	UND	CANETA E ALTA ROTAÇÃO MATERIAL ROLAMENTO AÇO INOXIDADO VELOCIDADE MAXIMA MAIOR 40000RPM
29	18	UND	CABO DE ESPELHO MATERIAL ODONTOLOGICO AÇO INOXIDADO
30	5	UND	CIMENTO ODONTOLOGICO COMPOSIÇÃO FOSFATO FE ZINCO ASPECTO FISICO PÓ
31	5	UND	CIMENTO ODONTOLOGICO COMPOSIÇÃO FOSFATO DE ZINCO APECTO FISICO LIQUIDO
32	4	KIT	PASTA PARA POLIMENTO DE RESINA USO ODONTOLOGICO TIPO BISNAGA
33	5	UND	CERA ODONTOLÓGICA, TIPO:7, APRESENTAÇÃO:CAIXA 18 LÂMINAS, PESO:CERCA DE 220 G, COR:VERMELHA/ROSA
34	5	UND	CERA ODONTOLOGICA UTILIDADES APRESENTAÇÃO CAIXA 18 LÂMINA COR VERMELHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



35	12	UND	FIO DENTAL 100 METRO
36	8	RFS	FLUORETO DE SODIO CONCENTRAÇÃO 1,23% ACIDULADO FORMA GEL FRASCO 200ML
37	6	FRS	FORMALDEIDO E CRESOL-----FORMOCRESOL USO ODONTOLOGICO INTRACANAL --TIPO FRASCO
38	20	KG	GESSO ODONTOLOGICO TIPO COMUM TIPO KG
39	20	KG	GESSO ODONTOLOGICO TIPO PEDRA. - KG
40	8	CX	HEMOSTOPICO TOPICO PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALUMINIO ASPECTO FÍSICO ESPONJA
41	4	FRS	HEMOSTOPICO TOPICO PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALUMINIO ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO
42	4	KIT	HIDROXIDO DE CALCIO PA USO ODONTOLOGICO TIPO CIMENTO ASPECTO PASTA
43	4	UND	HIDROXIDO DE CALCIO PA USO ODONTOLOGICO TIPO PÓ
44	15	KIT	CIMENTO IONOMERO DE VIDRO TIPO CIMENTAÇÃO AUTOPOLIMERIZAVEL ASPECTO PÓ E LÍQUIDO
45	8	KIT	CIMENTO ODONTOLOGICO COMPOSIÇÃO OXÍDO DE ZINCO E EUGENOL ASPECTO PO E LÍQUIDO
46	40	X/100	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGICA MATERIAL LATEX TAMANHO P
47	40	X/100	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGICA MATERIAL LATEX TAMANHO PP
48	40	X/100	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGICA MATERIAL LATEX TAMANHO M
49	40	X/100	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGIVA MATERIAL LATEX TAMANHO G
50	3	JOGOS	MOLDEIRA ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDAVEL TIPO PARA MOLDAGEM MODELO DENTADO - JOGO
51	3	JGOS	MOLDEIRA ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDAVEL TIPO PARAMOLDAGEM MODELO DESDENTADO SUP - INF --JOGO
52	12	UND	MATRIZ ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO FORMATO DE FITA APRESENTAÇÃO ROLO 50CM LARGURA DE 5MM
53	12	UND	MATRIZ ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO FORMATO DE FITA APRESENTAÇÃO ROLO 50 CM LARGURA DE 7MM
54	5	UND	MATRIZ DE POLIESTER TRANSPARENTE USO ODONTOLOGICO APRESENTAÇÃO 50 TIRAS DE TAMANHO 10MM X 120 MM X 0,05 MM
55	12	UND	APLICADORES PARA ADESIVO DESCARTAVEIS MICRO BUSCHI COR AZUL CX COM 100 UNID
56	5	UND	OLEO LUBRIFICANTE USO ODONTOLOGICO PARA CANETA DE ALTA E BAAIXA ROTAÇÃO --SPRAY
57	6	UND	SULFATO DE NEOMICINAS MG-HIDROCORTISONA 10 MG-SULFATO DE POLIMIXINA B 10 --TECRESOL USO ODONTOLOGICA -FRASCO 10 ML
58	6	UND	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO (PMCC)
59	20	BLOCO	PAPEL CARB PARA ARTICULAÇÃO AZUL / VERMELHO
60	12	UND	PASTA DE ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA - USO ODONTOLOGICO APRESENTAÇÃO BISNAGA DE 4G
61	10	TB	DISCO USO ODONTOLOGICO TIPO LIXA MATERIAL POLIESTER + OXIDO DE ALUMINIO TIPO FACE MONOFASE DIAMETRO CERCA DE 3/4
62	10	TB	PASTA ZINCO ENOICA COMPOSIÇÃO OXÍDO DE ZINCO --LISANDRA -APRESENTAÇÃO BASE CATALIZADORA E UMA BASE --BISNAGA
63	4	FRS	PO ULTRA FINO PARA PROFILAXIAE JATEAMENTO DENTAL- BICABORNATO DE SODIO FRACO DE 200G
64	6	PCT	LIXA ACABAMENTO PROXIMAL PARA RESINA USO ODONTOLOGICO 4X170MM -150 UNIDADES
65	8	PCT	LIXA ABRASIVA DE AÇO USO ODONTOLOGICO TAMANHO 125MMX4,0MMX0,12 MM CAIXA COM 12 UNIDADES
66	2	CX	FILME RADIOLOGICO TIPO ODONTOLOGICO DIMENSÃO 30X40MM
67	2	CX	FILME RADIOLOGICO TIPO ODONTOLOGICO DIMENSÃO 22X 35 MM INFANTIL
68	180	UND	FIO P/ SUTURA NYLON SEDA "3 - 0" C /AG 2 CM ODONTO
69	6	FRASCO	FLUOR GEL -USO ODONTOLOGICO. - FRASCO EM GEL
70	6	UND	FIXADOR RADIOLOGICO PROCESSAMENTO MANUAL ASPECTO FÍSICO SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA PARA USO
71	12	UND	RESINA COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FÍSICO PASTOSO COR A1



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



72	12	UND	RESINA COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULA HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO COR A2
73	12	UND	RESINA COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULA HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO COR A3
74	12	UND	RESINA COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO COR A3,5
75	12	UND	RESIMA COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO COR A4
76	10	UND	RESINA COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FLUIDA
77	6	UND	REVELADOR RADIOLOGICO PROCESSAMENTO MANUAL MATERIAL ASPECTO FUSICO SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA PARA USO
78	4	SER	SELANTE TIPO PARA FOSSURAS E FISSURAS CARACTERISTICAS ADICIONAIS TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL --SERINGA
79	20	PCT	ACESSORIO USO ODONTOLOGICO TIPO CANULA INTERMEDIARIA COM VISOR ASPECTO MATERIAL POLIPROPILICO USO DESCARTAVEL
80	50	PCT	TOUCA - DESCARTÁVEL TURBANTE 20 GR CX C/ 100
81	50	UND	TAÇA PROFILATICA POLIDORA PARA CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO -USO ODONTOLOGICO
82	6	FRS	TRICRESOL FORMALINA

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos visam garantir a qualidade, a legalidade e o suprimento contínuo do objeto.

- **Local de Entrega:** Todo material deverá ser entregue na Unidade Mista de Saúde, ambiente Dispensário de Medicamentos (Farmácia), sito à Rua Antônio Prado nº 807, Centro em Colômbia/SP.
- **Condições de Entrega:** A entrega dos materiais deverá ser feita imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Contratante à Contratada. Esta Autorização de Entrega pode ser total ou parcial, considerando a capacidade de armazenamento no almoxarifado da Contratante e o prazo de validade dos produtos.

4.1. Subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

4.2. Garantia da Contratação

A licitante vencedora deverá apresentar Garantia de Execução Contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, ou conforme definido no Edital, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento será executado mediante o sistema de entregas parciais, efetivadas por meio de Autorizações de Fornecimento emitidas pelo Fiscal do Contrato, em conformidade com as necessidades de reposição de estoque.

5.1. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

O fornecimento deverá prever a garantia de que a Contratada substituirá, sem ônus para o Município, quaisquer materiais que apresentem defeitos, avarias ou não conformidade com as especificações (qualidade, validade, registro ANVISA) no ato do recebimento ou durante a vigência da garantia legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A Fiscalização do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, sob a supervisão do **Fiscal do Contrato (Simone Guaglano da Silva)**. As atividades de fiscalização incluirão o acompanhamento da execução, a verificação da qualidade dos materiais, a emissão das Autorizações de Fornecimento (AF) e o atesto da Nota Fiscal para fins de pagamento.

7. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme as entregas efetivamente realizadas, recebidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato.

- Medição:** A medição será realizada mediante conferência da quantidade e da qualidade dos materiais entregues, de acordo com a respectiva Autorização de Fornecimento emitida pela Contratante.
- Pagamento:** O pagamento será processado e efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal ou do documento de cobrança equivalente pelo Fiscal do Contrato. Para a realização do pagamento, a Contratada deverá manter sua regularidade fiscal, social e trabalhista, observando-se ainda as disposições do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e as regras relativas à dotação orçamentária e à disponibilidade financeira do Município.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Para a seleção do fornecedor, **sugere-se** que a contratação seja realizada por meio da modalidade Pregão, na forma Eletrônica, por se tratar de aquisição de bens e serviços comuns, em conformidade com a prioridade estabelecida pelo art. 28, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Critério de Julgamento: Menor Preço, conforme o art. 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de Fornecimento: O fornecimento será parcelado, sob demanda, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF) pelo Fiscal do Contrato, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, durante o prazo de vigência contratual.

As licitantes deverão apresentar a documentação de habilitação exigida, incluindo, quando aplicável, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos dos arts. 3º e 72 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de fruição do tratamento diferenciado e favorecido previsto na referida legislação.

8.1. Exigências de Habilitação

Serão exigidos os documentos necessários e suficientes para comprovar a existência jurídica do licitante e a sua capacidade de exercer direitos e assumir obrigações (Art. 66, Lei nº 14.133/2021):

I - Registro Empresarial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias.

II – Inscrição: Decreto de autorização ou ato de registro e de funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

III - Documentação da Sociedade Simples: Inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova de diretoria em exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.2. Habilidade Jurídica

A regularidade fiscal, social e trabalhista será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos (Art. 68, Lei nº 14.133/2021):

I - Cadastro Nacional: Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

II - Cadastro Estadual/Municipal: Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

III - Regularidade Fazendária: Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

IV - Regularidade Social: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - Regularidade Trabalhista: Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

VI - Declaração de Menores: Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos).

8.3. Habilidade Fiscal, Social e Trabalhista

Serão exigidas as comprovações de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, nos termos do Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão do licitante para cumprir as obrigações e será restrita à comprovação dos seguintes documentos (Art. 69, *caput*, incisos I e II, Lei nº 14.133/2021):

I - Balanços Contábeis: Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**. (**Observar o disposto no § 6º do art. 69 para empresas constituídas há menos de 2 anos*).

II - Certidão de Falência: Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

III - Índices Econômicos: Comprovação de atendimento aos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), conforme coeficientes estabelecidos no Edital e calculados com base nos documentos contábeis do inciso I.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



8.5. Qualificação Técnica

A documentação relativa à qualificação técnico-operacional para o fornecimento de materiais será restrita à comprovação dos seguintes requisitos (Art. 67, Lei nº 14.133/2021):

I - Registro na Entidade Profissional: Registro ou inscrição na entidade profissional competente (ex: CRQ, no caso de alguns produtos químicos, ou registro no Conselho Regional de Odontologia - CRO), quando for o caso.

II - Atestados Técnicos: Certidões ou atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos, que comprovem que o licitante já forneceu materiais de natureza e quantidades similares ao objeto da licitação.

III - Declaração de Condições: Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (ex: condições de entrega no local indicado, forma de pagamento).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para a contratação é de aproximadamente R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).

Este valor foi formalmente estabelecido por meio de ampla pesquisa de preços realizada pelo setor competente, em conformidade com o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e reflete as condições mais vantajosas para o município. O detalhamento da memória de cálculo da pesquisa de preços está anexo a este Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação possui adequada previsão orçamentária. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária a ser indicada pelo Setor de Contabilidade, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.

Colômbia, 05 de junho de 2.025


Adileu Storti
Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE COLÔMBIA/SP



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

ANEXO II - PLANILHA ORCAMENTARIA

LICITANET[®]
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

Relação de Itens / Lotes

Item	Cód. Item	Excl. ME-EPP	Descrição	Unid.	Quantidade	Intervalo Mín.	Valor Orçado	Valor Total
1	1	NÃO	CONDICIONADOR DENTAL TIPO ACIDO FOSFÓRICO 37 - FÍSICO GEL	PCT.	15,00	R\$ 0,01	R\$ 3,72	55,80
2	2	NÃO	ADESIVO DENTAL FOTOPOLIMERIZAVEL COMPONENTES ADESIVO PRIMER ACIDO	UND.	10,00	R\$ 0,01	R\$ 184,65	1.846,50
3	3	NÃO	ALCOOL ETILICO TIPO HIDRATADO TEOR ALCALINO 70 APRESENTAÇÃO LIQUIDA - 1000ML	FRS.	200,00	R\$ 0,01	R\$ 12,90	2.580,00
4	4	NÃO	AGULHA ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO SILICONIZADO APLICACAO GENGIVAL ANESTESICO - LONGA DIMENSAO 30G	CX	10,00	R\$ 0,01	R\$ 38,53	385,30
5	5	NÃO	AGULHA ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO SILICONIZADO APLICACAO GENGIVAL ANESTESICO - CURTA DIMENSAO 30G	CX	10,00	R\$ 0,01	R\$ 32,84	328,40
6	6	NÃO	AGULHA ODONTOOGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO SILICONIZADO APLICACAO GENGIVAL ANESTESICO - EXTRA CURTA DIMENSAO 30G	CX	10,00	R\$ 0,01	R\$ 33,83	338,30
7	7	NÃO	ALGINATO USO ODONTOLOGICO TIPO 1 APRESENTAÇÃO PÓ -PRESA NORMAL	PCT.	20,00	R\$ 0,01	R\$ 78,73	1.574,60
8	8	NÃO	ALGODAO TIPO HIDROFILO APRESENTAÇÃO EM ROLETE - USO ODONTOLOGICA	PCT.	200,00	R\$ 0,01	R\$ 2,55	510,00
9	9	NÃO	BENZOCAINA CONCENTRAÇÃO 20 USO TOPICO GEL POTE 12G	CX	8,00	R\$ 0,01	R\$ 27,36	218,88
10	10	NÃO	CLORIDRATO MEPVACAINA APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM EPINEFRINA DOSAGEM 2 ---TUBETE	CX	12,00	R\$ 0,01	R\$ 165,72	1.988,64
11	11	NÃO	CLORIDRATO MEPVACAINA APRESENTAÇÃO ASSOCIADA SEM EPINEFRINA DOSAGEM 3 --TUBETE 1,8 ML	CX	20,00	R\$ 0,01	R\$ 158,58	3.171,60
12	12	NÃO	LIDOCAINA CLORIDRATO COMPOSIÇÃO ASSOCIADA COM EPINEFRINA DOSAGEM 2- APRESENTAÇÃO INJETAVEL -TUBETE 1,8 ML	CX	20,00	R\$ 0,01	R\$ 168,97	3.379,40
13	13	NÃO	CUNHA ODONTOLOGICA MATERIA MADEIRA TIPO ANATOMICA APLICAÇÃO RESTAURAÇÃO INTERPROXIMAL	CX	2,00	R\$ 0,01	R\$ 21,28	42,56
14	14	NÃO	BROCA CIRURGICA MATERIAL AÇO INOXIDADO DIAMANTADA NUMERACAO 702 HASTE LONGA	UND.	10,00	R\$ 0,01	R\$ 10,16	101,60
15	15	NÃO	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL AÇO INOXIDADO DIAMANTADA NUMERACAO 1014 HASTE LONGA	UND.	15,00	R\$ 0,01	R\$ 12,68	190,20
16	16	NÃO	BROCA ALTA ROTACAO MAT. AÇO INOXIDADO DIAMANTADA N. 1013 HASTE LONGA	UND.	15,00	R\$ 0,01	R\$ 15,76	236,40
17	17	NÃO	BROCA ALTA ROTACAO MAT. AÇO INOXIDADO DIAMANTADA Nº 1012 HASTE LONGA	UND.	15,00	R\$ 0,01	R\$ 12,47	187,05
18	18	NÃO	BROCA ALTA ROTACAO MAT. AÇO INOXIDADO DIAMANTADA Nº 3018 HASTE LONGA	UND.	10,00	R\$ 0,01	R\$ 5,64	56,40
19	19	NÃO	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL OXIDADO NUMERAÇÃO 3018	UND.	20,00	R\$ 0,01	R\$ 6,50	130,00
20	20	NÃO	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL AÇO INOXIDADO NUMERAÇÃO 1011	UND.	20,00	R\$ 0,01	R\$ 12,46	249,20
21	21	NÃO	BROCA DIAMANTADA DUPLA FACE	UND	3,00	R\$ 0,01	R\$ 5,65	16,95
22	22	NÃO	BROCA ZECRYA 28 MM AÇO INOXIDAVEL	UND.	10,00	R\$ 0,01	R\$ 27,00	270,00
23	23	NÃO	BROCA ALTA ROTACAO MAT. AÇO INOXIDADO Nº 1031	UND.	20,00	R\$ 0,01	R\$ 7,08	141,60

Item	Cód. Item	Excl. ME-EPP	Descrição	Unid.	Quantidade	Intervalo Mín.	Valor Orçado	Valor Total
24	24	NÃO	MANDRIL ODONTOLOGICO MATERIAL AÇO INOXIDADO COMPATIVEL PARA PEÇA DE MAO	UND.	3,00	R\$ 0,01	R\$ 21,35	64,05
25	25	NÃO	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBAIDE NUMERAÇÃO 701 XL	UND.	20,00	R\$ 0,01	R\$ 10,86	217,20
26	26	NÃO	DISCO DIAMANTADA POLIMENTO PEÇA MÃO	UND.	4,00	R\$ 0,01	R\$ 48,11	192,44
27	27	NÃO	LUPA PARA CABEÇA 3,5 X BIO ART	UND.	4,00	R\$ 0,01	R\$ 273,70	1.094,80
28	28	NÃO	CANETA E ALTA ROTAÇÃO MATERIAL ROLAMENTO AÇO INOXIDADO VELOCIDADE MAXIMA MAIOR 40000RPM	UND.	4,00	R\$ 0,01	R\$ 706,67	2.826,68
29	29	NÃO	CABO DE ESPELHO MATERIAL ODONTOLOGICO AÇO INOXIDADO	UND.	18,00	R\$ 0,01	R\$ 20,42	367,56
30	30	NÃO	CIMENTO ODONTOLOGICO COMPOSIÇÃO FOSFATO FE ZINCO ASPECTO FÍSICO PÓ	UND.	5,00	R\$ 0,01	R\$ 27,38	136,90
31	31	NÃO	CIMENTO ODONTOLOGICO COMPOSIÇÃO FOSFATO DE ZINCO ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO	UND.	5,00	R\$ 0,01	R\$ 26,45	132,25
32	32	NÃO	PASTA PARA POLIMENTO DE RESINA USO ODONTOLOGICO TIPO BISNAGA	KIT	4,00	R\$ 0,01	R\$ 35,59	142,36
33	33	NÃO	CERA ODONTOLÓGICA, TIPO:7, APRESENTAÇÃO:CAIXA 18 LÂMINAS, PESO:CERCA DE 220 G, COR:VERMELHA/ROSA	UND.	5,00	R\$ 0,01	R\$ 21,57	107,85
34	34	NÃO	CERA ODONTOLOGICA UTILIDADES APRESENTAÇÃO CAIXA 18 LÂMINAS COR VERMELHA	UND.	5,00	R\$ 0,01	R\$ 21,57	107,85
35	35	NÃO	FIO DENTAL 100 METROS	UN	12,00	R\$ 0,01	R\$ 4,41	52,92
36	36	NÃO	FLUORETO DE SODIO CONCENTRAÇÃO 1,23 ACIDULADO FORMA GEL FRASCO 200ML	FRS	8,00	R\$ 0,01	R\$ 5,00	40,00
37	37	NÃO	FORMALDEIDO E CRESOL ---- FORMOCRESOL USO ODONTOLOGICO INTRACANAL --TIPO FRASCO	FRS	6,00	R\$ 0,01	R\$ 16,92	101,52
38	38	NÃO	GESSO ODONTOLOGICO TIPO COMUM TIPO KG	KG	20,00	R\$ 0,01	R\$ 18,34	366,80
39	39	NÃO	GESSO ODONTOLOGICO TIPO PEDRA. - KG	KG	20,00	R\$ 0,01	R\$ 24,63	492,60
40	40	NÃO	HEMOSTOPICO TOPICO PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALUMINIO ASPECTO FÍSICO ESPONJA	CX	8,00	R\$ 0,01	R\$ 47,31	378,48
41	41	NÃO	HEMOSTOPICO TOPICO PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALUMINIO ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO	FRS	4,00	R\$ 0,01	R\$ 31,23	124,92
42	42	NÃO	HIDROXIDO DE CALCIO PA USO ODONTOLOGICO TIPO CIMENTO ASPECTO PASTA	KIT	4,00	R\$ 0,01	R\$ 54,91	219,64
43	43	NÃO	HIDROXIDO DE CALCIO PA USO ODONTOLOGICO TIPO PÓ	UND.	4,00	R\$ 0,01	R\$ 56,66	226,64
44	44	NÃO	CIMENTO IONOMERO DE VIDRO TIPO CIMENTAÇÃO AUTOPOLIMERIZAVEL ASPECTO PÓ E LÍQUIDO	KIT	15,00	R\$ 0,01	R\$ 91,29	1.369,35
45	45	NÃO	CIMENTO ODONTOLOGICO COMPOSIÇÃO OXIDO DE ZINCO E EUGENOL ASPECTO PÓ E LÍQUIDO	KIT	8,00	R\$ 0,01	R\$ 64,03	512,24
46	46	NÃO	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGICA MATERIAL LATEX Tamanho P - CAIXA COM 100	CX	40,00	R\$ 0,01	R\$ 21,67	866,80
47	47	NÃO	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGICA MATERIAL LATEX Tamanho PP - CAIXA COM 100	CX	40,00	R\$ 0,01	R\$ 23,97	958,80
48	48	NÃO	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGICA MATERIAL LATEX Tamanho M - CAIXA COM 100	CX	40,00	R\$ 0,01	R\$ 26,53	1.061,20
49	49	NÃO	LUVAS DE PROCEDIMENTO NAO CIRURGICA MATERIAL LATEX Tamanho G - CAIXA COM 100	CX	40,00	R\$ 0,01	R\$ 25,73	1.029,20
50	50	NÃO	MOLDEIRA ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDAVEL TIPO PARA MOLDAGEM MODELO DENTADO - JOGO	JOGOS	3,00	R\$ 0,01	R\$ 285,33	855,99
51	51	NÃO	MOLDEIRA ODONTOLOGICA MATERIAL AÇO INOXIDAVEL TIPO PARAMOLDAGEM MODELO DESDENTADO SUP - INF --JOGO	JOGOS	3,00	R\$ 0,01	R\$ 296,60	889,80
52	52	NÃO	MATRIZ ODONTOLOGICA (LARGURA DE 5MM) - MATERIAL AÇO INOXIDADO FORMATO DE FITA APRESENTAÇÃO ROLO 50CM LARGURA DE 5MM	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 9,61	115,32
53	53	NÃO	MATRIZ ODONTOLOGICA (LARGURA DE 7MM) - MATERIAL AÇO INOXIDADO FORMATO DE FITA APRESENTAÇÃO ROLO 50 CM LARGURA DE 7MM	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 14,59	175,08

Item	Cód. Item	Excl. ME-EPP	Descrição	Unid.	Quantidade	Intervalo Mín.	Valor Orçado	Valor Total
54	54	NÃO	MATRIZ DE POLIESTER TRANSPARENTE USO ODONTOLOGICO APRESENTAÇÃO 50 TIRAS DE TAMANHO 10MM X 120 MM X 0,05 MM	UND.	5,00	R\$ 0,01	R\$ 11,24	56,20
55	55	NÃO	APLICADORES PARA ADESIVO DESCARTAVEIS MICRO BUSCHI COR AZUL CX COM 100 UNID	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 9,48	113,76
56	56	NÃO	OLEO LUBRIFICANTE USO ODONTOLOGICO PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO --SPRAY	UND.	5,00	R\$ 0,01	R\$ 68,45	342,25
57	57	NÃO	SULFATO DE NEOMICINA 5 MG-HIDROCORTISONA 10 MG-SULFATO DE POLIMIXINA B 10 ---TECRESOL USO ODONTOLOGICA -FRASCO 10 ML	UND.	6,00	R\$ 0,01	R\$ 25,80	154,80
58	58	NÃO	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO (PMCC)	UN	6,00	R\$ 0,01	R\$ 15,67	94,02
59	59	NÃO	PAPEL CARB PARA ARTICULAÇÃO AZUL/VERMELHO	BLOCO	20,00	R\$ 0,01	R\$ 6,52	130,40
60	60	NÃO	PASTA DE ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA - USO ODONTOLOGICO APRESENTAÇÃO BISNAGA DE 4G	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 28,77	345,24
61	61	NÃO	DISCO USO ODONTOLOGICO TIPO LIXA MATERIAL POLIESTER OXIDO DE ALUMINIO TIPO FACE MONOFASE DIAMETRO CERCA DE 3/4	TB.	10,00	R\$ 0,01	R\$ 44,77	447,70
62	62	NÃO	PASTA ZINCO ENOLOICA COMPOSICAO OXIDO DE ZINCO -- LISANDRA - APRESENTAÇÃO BASE CATALIZADORA E UMA BASE -- BISNAGA	TB.	10,00	R\$ 0,01	R\$ 80,83	808,30
63	63	NÃO	PO ULTRA FINO PARA PROFILAXIA E JATEAMENTO DENTAL-BICABORNATO DE SODIO FRACO DE 200G	FRS	4,00	R\$ 0,01	R\$ 11,50	46,00
64	64	NÃO	LIXA ACABAMENTO PROXIMAL PARA RESINA USO ODONTOLOGICO 4X170MM -150 UNIDADES	PCT.	6,00	R\$ 0,01	R\$ 42,75	256,50
65	65	NÃO	LIXA ABRASIVA DE AÇO USO ODONTOLOGICO TAMANHO 125MMX4,0MMX0,12 MM CAIXA COM 12 UNIDADES	PCT.	8,00	R\$ 0,01	R\$ 14,88	119,04
66	66	NÃO	FILME RADIOLOGICO TIPO ODONTOLOGICO DIMENSÃO 30X40MM	CX.	2,00	R\$ 0,01	R\$ 285,30	570,60
67	67	NÃO	FILME RADIOLOGICO TIPO ODONTOLOGICO DIMENSÃO 22X 35 MM INFANTIL	CX	2,00	R\$ 0,01	R\$ 274,15	548,30
68	68	NÃO	FIO P/ SUTURA NYLON SEDA 3-0 C/ AG. 2 CM ODONTO	UND.	180,00	R\$ 0,01	R\$ 42,34	7.621,20
69	69	NÃO	FLUOR GEL - USO ODONTOLOGICO. - FRASCO EM GEL	FRASC	6,00	R\$ 0,01	R\$ 10,83	64,98
70	70	NÃO	FIXADOR RADIOLOGICO PROCESSAMENTO MANUAL ASPECTO FISICO SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA PARA USO	UND.	6,00	R\$ 0,01	R\$ 29,96	179,76
71	71	NÃO	RESINA - COR A1 - COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO COR A1	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 386,00	4.632,00
72	72	NÃO	RESINA - COR A2 - COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 386,00	4.632,00
73	73	NÃO	RESINA - COR A3 - COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 386,00	4.632,00
74	74	NÃO	RESINA - COR A3,5 - COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 386,00	4.632,00
75	75	NÃO	RESINA - COR A4 - COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FISICO PASTOSO	UND.	12,00	R\$ 0,01	R\$ 386,00	4.632,00
76	76	NÃO	RESINA COMPOSTA TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL PARTICULAS HIBRIDAS ASPECTO FLUIDA	UND.	10,00	R\$ 0,01	R\$ 233,13	2.331,30
77	77	NÃO	REVELADOR RADIOLOGICO PROCESSAMENTO MANUAL MATERIAL ASPECTO FUSICO SOLUÇÃO AQUOSA PRONTA PARA USO	UND.	6,00	R\$ 0,01	R\$ 277,85	1.667,10
78	78	NÃO	SELANTE TIPO PARA FOSSURAS E FISSURAS CARACTERISTICAS ADICIONAIS TIPO FOTOPOLIMERIZAVEL --SERINGA	SER	4,00	R\$ 0,01	R\$ 231,81	927,24
79	79	NÃO	ACESSÓRIO USO ODONTOLOGICO TIPO CANULA INTERMEDIARIA COM VISOR ASPECTO MATERIAL POLIPROPILICO USO DESCARTAVEL	PCT	20,00	R\$ 0,01	R\$ 8,52	170,40
80	80	NÃO	TOUCA - DESCARTÁVEL TURBANTE 20 GR CX C/ 100	PCT.	50,00	R\$ 0,01	R\$ 24,06	1.203,00
81	81	NÃO	TAÇA PROFILATICA POLIDORA PARA CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO - USO ODONTOLOGICO	UND.	50,00	R\$ 0,01	R\$ 3,83	191,50
82	82	NÃO	TICRESOL FORMALINA	FRS.	6,00	R\$ 0,01	R\$ 22,42	134,52

TOTAL GERAL R\$ 74.910,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____.

ITEM/LOTE	UNID	DESCRÍCAO	QUANT	MARCA/MODELO	VR. UNIT	VR. TOTAL

Assim sendo, o valor total da proposta é de R\$ ____(por extenso).

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no edital de Pregão nº _____/2026, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Prazo de validade da proposta: ____dias (não inferior a sessenta dias).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as obrigações e responsabilidades, bem como todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.

Colômbia/SP _____ de _____ de 2026

[LICITANTE]
[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,

DECLARA expressamente que:

- a) Que não foram declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- b) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- d) que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidores ou agentes políticos ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- h) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- i) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Colômbia/SP _____ de _____ de 2026

[LICITANTE]
[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL
Colômbia
O GOVERNO DO Povo PARA O Povo!
ADM 2025/2028

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA,
MICROEMPREENDER INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,

DECLARA que está regularmente enquadrada na categoria:

- () MICROEMPRESA (ME), nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
() MICROEMPREENDER INDIVIDUAL (MEI), nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada

Colômbia/SP _____ de _____ de 2026

[LICITANTE]
[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

**ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO _____ /2026**

O MUNICÍPIO DE COLOMBIA, inscrito no CNPJ. sob o nº 52.381.720/0001-48, com sede na Rua Antônio Prado, nº 1161, Bairro Centro, em Colômbia SP, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. JULIO CESAR DOS SANTOS, considerando o julgamento da licitação, de outro lado à empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida na cidade de _____/Estado, na Rua _____, - CEP: _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Sr. _____, CPF nº XXX._____XXX XX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDade	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do CONTRATADO;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de contratação será de **12 (doze) meses** contados a partir da emissão da ordem de serviços pela Secretaria Requerente, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme o que dispõe os Art. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

2.2. A vigência do contrato fica condicionada à efetiva entrega do objeto, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual. O prazo poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado pela contratada e aceito pela Administração, atendendo, ainda, ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado nos autos que a necessidade da Administração permanece e que a prorrogação se mostra vantajosa;
- b) Apresentação de justificativa para prorrogação emitida pela empresa;
- c) Aceite do gestor e fiscal do contrato atestando a regularidade da execução contratual;

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$.....()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento permanente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante emissão da Nota Fiscal permanente em nome do Município de Colômbia e verificação da conformidade dos serviços prestados/produtos fornecidos.

6.2. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto à Superintendência Municipal de Finanças.



6.3. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Superintendência de Finanças do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

6.5. As demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REQUILIBRIO

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

7.10. As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser submetidas ao gestor do contrato, designado no ato de sua assinatura, para análise e possível aceitação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada conforme Decreto Municipal 2.236/2024, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal;
- e) Ficam nomeados como Gestor e Suplente deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o Argo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- h) Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i) Cientificar a procuradoria jurídica do Município de Colômbia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- k) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) DIAS, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir,



admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

- I) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) DIAS.
- m) Comunicar à Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando couber;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de eletrônico, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Pública da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- l) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- m) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- n) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- q) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- r) E demais obrigações previstas no Termo de Referência e ETP, anexos a este.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação



expressa.

10.2. O CONTRATADO se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

- a) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução deste objeto;
- b) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/partner/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- c) Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- d) Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- e) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- f) Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

10.3. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:

- a) A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) As informações sobre os titulares envolvidos; A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- c) Os riscos relacionados ao incidente;
- d) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- e) As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

10.4. O CONTRATADO deverá demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

10.5. Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

10.6. O CONTRATADO deverá armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

10.7. O CONTRATADO deverá apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

10.8. O CONTRATADO deverá anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual.

10.9. O CONTRATADO não poderá compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

10.10. O CONTRATADO ficará obrigada a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao Ajuste, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais. vigente

10.11. As partes obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao contrato.

10.12. No âmbito deste contrato, a qualificação das partes enquanto agentes de tratamento de dados pessoais respeitará os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, de modo que a CONTRATADA, quando atuar conforme as orientações estabelecidas pela CONTRATANTE, se qualifica como Operador de dados pessoais.

10.13. Prevalece sobre as disposições acima o contexto fático inerente à atividade de tratamento realizada por qualquer um dos contratantes, de modo que o tratamento de dados pessoais para finalidades que superem o contexto deste contrato será de responsabilidade da parte que lhe der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:



- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao
- a) funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa**:

- (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)



11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Colômbia neste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FICHA 350 – 02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE – 3.3.90.30.00 0.01.00;

13.2. A dotação relata aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº.2.236/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo Diário Oficial do Município de Colômbia/SP.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barretos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



Colômbia
O GOVERNO DO Povo PARA O Povo!
ADM 2025/2028

E por estarem de pleno acordo, assinam a presente Ajuste na presença de 02 (duas) testemunhas.

Colômbia/SP, xx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratos ou Atos Jurídicos Análogos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colômbia/SP.

CONTRATADA: CONTRATO Nº (DE ORIGEM) :

OBJETO: XXX

Advogado(s): (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extrairindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando -se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Colombia SP,..... 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.